

Trajétória de desenvolvimento indiano em perspectiva histórica

A Historical Perspective of the Indian Development Trajectory

JOÃO MIGUEL VILLAS-BÔAS BARCELLOS | joao.barcellos@pepi.ie.ufrj.br
Doutorando em Economia Política Internacional – PEPI-UFRJ

Recebimento do artigo Maio de 2018 | **Aceite** Junho de 2018

Resumo Este artigo pretende analisar a trajetória de desenvolvimento indiano desde a independência do país, 1947, até o governo do presidente Narendra Modi. Neste sentido, buscaremos mostrar a relevância do papel do Estado indiano na condução das estratégias de mudança estrutural do sistema produtivo do país. Historicamente, alguns analistas dividem a o processo de desenvolvimento do país em dois momentos: o primeiro seria chamado de “padrão hindu” que teria ocorrido entre a independência e a abertura econômica de 1991; o segundo, a partir da citada abertura até os dias atuais. Nosso objetivo no trabalho é observar o papel do Estado indiano como principal agente transformador e indutor do desenvolvimento. Para isso, dividiremos o artigo em cinco partes: uma introdução, na segunda faremos um debate com as principais teorias do desenvolvimento que tocaram nas questões estruturais da economia, na terceira discutiremos o “padrão hindu” de desenvolvimento, na quarta analisaremos o processo de “abertura” econômica e reformas do país. Nesta parte veremos como o papel do Estado indiano permanece estratégico e fundamental, por fim, na quinta parte uma breve conclusão. **Palavras-Chave** Desenvolvimento Indiano; Estado; Mudança Estrutural.

Abstract This article intends to analyze the trajectory of Indian development from the independence of the country, 1947, to the government of President Narendra Modi. In this sense, we will try to show the relevance of the role of the Indian State in the conduct of the strategies of structural change of the productive system of the country. Historically, some analysts divide the country's development process into two moments: the first would be called the “Hindu standard” that would have occurred between independence and economic openness in 1991; the second, from the aforementioned opening to the present day. Our goal in the work is to observe the role of the Indian state as the main transforming agent and inducer of development. To do this, we will divide the article into five parts: an introduction, the second we will debate the main development theories that touched on the structural issues of the economy, the third we will discuss the “Hindu pattern” of development, openness “and reforms of the country. In this part we will see how the role of the Indian state remains strategic and fundamental, finally in the fifth part a brief conclusion. **Keywords** Indian Development, State, Structural Change.

1. Introdução

De acordo como o *Socio-Economic Caste Census* (SECC) 69% da população indiana vive no campo ou 833 milhões de pessoas¹ e sua agricultura familiar ainda é, no geral, de baixa produtividade. A maioria dos camponeses vive em casas frágeis chamadas de “kuccha”, morar em residência com paredes sólidas (pucca) é um privilégio.² Grande parte deles vive em condições de pobreza considerável, além de serem, em sua vasta maioria, iletrados. Apesar disso, a Índia é exportadora líquida de alimentos, tem uma das mais dinâmicas indústrias de Tecnologia da Informação (TI), um dos mais avançados programas espaciais do mundo e uma das economias mais pujantes na atualidade.

Esses aspectos contrastantes ilustram como um grande país – ou como preferem alguns, uma civilização – com riqueza cultural milenar e preciosíssima diversidade convive há tempos com desafios de monta. A Índia, que já foi ocupada por uma série de impérios e etnias distintas,³ foi também, um dos palcos geoeconômicos e geopolíticos mais importantes do mundo moderno,⁴ sendo disputada pelas potências europeias em função de suas riquezas (especiarias, principalmente) e de sua localização privilegiada no Oceano Índico. Após séculos de ocupação britânica tornou-se independente em 1947 e logo enfrentou diversas guerras in-cruentas, como a que separou o território em Paquistão (de maioria muçulmana) e o subcontinente indiano (de maioria hindu). Esta rica nação, ainda entranhada em um dos tabuleiros geopolíticos mais quentes do mundo, deverá ser a segunda maior economia do mundo em 2050.⁵ Como transformar o colossal crescimento econômico em bem-estar aos seus mais de um bilhão de habitantes é o grande desafio do país.

O objetivo deste trabalho será analisar, a partir de uma discussão sobre o desenvolvimento, como se deu a trajetória indiana rumo à transformação estrutural ainda em curso. Buscaremos investigar o processo desde a independência do país, em 1947, até o governo do Primeiro Ministro Narendra Modi (2014-18). Para isso, iniciaremos o trabalho lançando mão de uma discussão necessária sobre o desenvolvimento e seus ali-cerces. Em seguida, analisaremos a trajetória indiana de sua independência até as reformas do final dos 1980 e início dos 1990 para, em seguida, focarmos no período de crescimento mais acelerado dos anos 2000.

2. Debate sobre desenvolvimento: mudança estrutural, transformação tecnológica e modernização econômica

Observando o processo de desenvolvimento das nações percebemos que há uma série de elementos replicáveis, como investimento e gasto público, e outros não replicáveis como a formação e amadurecimento institucional. A cultura, as guerras, o voluntarismo personalista do líder político, as circunstâncias e o coincidente são aspectos que incidem de forma variável em cada momento e nação. Portanto, nossa intenção aqui é buscar apresentar nesta sessão os termos e contribuições mais marcantes e empíricas que contribuem para o debate sobre desenvolvimento.

1 Cf. BHOI, Biswajit Bhoi; SIA, Rojalin. PARADOX OF DEVELOPMENT IN INDIA: DEVELOPMENT TRAJECTORY OF INDIAN ECONOMY. South-Asian Journal of Multidisciplinary Studies (SAJMS) ISSN:2349-7858: SJIF:2.246: Volume 3 Issue 2

2 Ibidem, p. 02.

3 Ver: KAPLAN, Robert. A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Capítulo 12.

4 A “Modernidade” seria um período histórico iniciado com as Grandes Navegações e o Renascimento, além de na Filosofia ter-se iniciado com o “Racionalismo” cartesiano. Teria durado, enquanto período histórico, até o advento da Revolução Francesa.

5 Ver matéria no link: <https://www.consultancy.in/news/325/india-to-become-worlds-2nd-largest-economy-by-2050-says-pwc>. Acessado em: 29/01/2018.

Um das primeiras abordagens, coloca que o processo de crescimento econômico tem um potencial enorme de gerar instabilidades e conflitos políticos. Kuznets admoesta que tendo em vista a pressão por mudança de posição social, em decorrência do crescimento, as classes atrasadas ou avançadas tendem a buscar seu lugar na nova realidade.⁶ A Guerra de Secessão (1861-65) seria um dos exemplos históricos deste processo, porém poderíamos citar muitos outros, como a Revolução de 1917 na Rússia ou mesmo a Revolução Francesa (1789).

Em trabalho publicado em 1973, “*Modern Economic Growth: Findings and Reflections*”, o autor russo – naturalizado estadunidense – advoga a tese de que a tecnologia desempenha um papel fundamental no crescimento e no desenvolvimento de um país. No entanto, para que se obtenha resultados satisfatórios é necessário investir em conhecimento, além de construir instituições e leis que, se bem usadas, desempenham papel relevante neste processo. Assim, a “economia moderna” teria seis características fundamentais: a primeira seriam as altas taxas de crescimento do PIB *per capita* nos países considerados desenvolvidos; a segunda o aumento de produtividade; a terceira, a taxa de transformação estrutural da economia – em que o principal efeito seria o deslocamento da atividade agrícola para a não-agrícola e da indústria para os serviços –; a quarta, a mudança nas bases da sociedade, como o advento da urbanização e a secularização; a quinta seria a capacidade do país desenvolvido de unificar seu território com a comunicação e transportes, em decorrência do avanço tecnológico; por fim, a sexta característica seria a dispersão do crescimento econômico moderno, porém com limitadas possibilidades de replicação no mundo menos desenvolvido.⁷ As seis características estão entrelaçadas e devem ser, segundo Kuznets, observadas no seu conjunto.⁸

Todavia, o autor adverte que há uma série de obstáculos impostos pelos países desenvolvidos aos menos desenvolvidos por meio de políticas variadas.⁹ Ele não cita explicitamente tais políticas, porém podemos inferir – e mesmo constatar – que as nações ricas usam instituições multilaterais internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (FMI) para impor condicionantes aos empréstimos contratados pelas nações mais pobres e assim enquadrar a capacidade política do país de executar qualquer ação fora do estabelecido pelas instituições. Outra forma de imposição de barreiras é a exportação de ideais liberais institucionalistas que contaminam os tomadores de decisão dos países menos desenvolvidos a ponto de se praticar constante e “naturalmente” políticas econômicas restritivas e constrangedoras ao papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social.

Outra abordagem teórica do desenvolvimento vem dos pesquisadores do “excedente”, economistas clássicos como Franklin Serrano e Carlos Medeiros são dois expoentes da abordagem. Os autores, no artigo “O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente” argumentam que as teorias econômicas tradicionais do desenvolvimento têm dois problemas: o primeiro o de que teóricos tendem a uma visão demasiado normativa e não compreendiam muito bem o funcionamento das econômicas em desenvolvimento; o segundo seria que eles não discutiram com mais profundidade acerca do funcionamento dos mecanismos de mercado. Haveria uma incompreensão por parte deles das interferências do Estado via planejamento e, por conseguinte, uma confusão disso com o socialismo ou economias planificadas. Estes problemas levariam à uma limitação das teorias tradicionais de desenvolvimento.¹⁰

Para além da crítica acima, os autores afirmam que as teorias neoclássicas do desenvolvimento tampouco são capazes de tocar no problema concreto, pois ademais de serem ideológicas e predominan-

6 Para mais informações a respeito ver: KUZNETS, Simon. Modern economic growth: findings and reflections. *The American economic review*, v. 63, n. 3, p. 247-258, 1973.

7 Cf. KUZNETS. Op. Cit., pp. 248-249.

8 Ibidem, p. 250.

9 Ibidem, p. 250.

10 Para mais detalhes da crítica aos economistas tradicionais do desenvolvimento ver: SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 94, 2004, pp. 239-241.

tes hodiernamente, não são conclusivas empiricamente. Por isso, dirão os autores que o grande desafio é compreender de fato o funcionamento das economias tanto do Norte quanto do Sul.¹¹ Como alternativa teórica às demais, os autores advogam, inspirados em Piero Sraffa, pela retomada da “moderna abordagem clássica do excedente”. Para tal, propõem três pontos: o primeiro é uma crítica ao “princípio da substituição” dos neoclássicos e suas teorias do comércio internacional; o segundo seria defender o regresso da teoria do valor e da distribuição na perspectiva do excedente; por fim, a integração do conceito de demanda efetiva de Keynes, ou seja, “uma ponte entre as teorias keynesiana-kaleckiana e a clássica” (SERRANO, MEDEIROS, 2004, p. 244).

O conceito de “atraso econômico”, atribuído ao russo¹² Alexander Gershenkron também ocupa seu lugar no debate do desenvolvimento. O autor propõe um modelo de desenvolvimento aos “países retardatários” na ordem mundial que se baseia em “queima de etapas”, ou seja, o Estado poderia ser o grande indutor deste processo e fazer o país pular obstáculos. De acordo com Bastos e Mazat,¹³ Gershenkron critica os modelos marxista – a luta de classes como o motor da História – e o etapismo rowstoniano, no qual haveria etapas específicas em que o Estado deve seguir para industrializar-se. Para Gershenkron, quanto mais atrasado for o Estado, mais intervenção ele deverá fazer para modernizar a economia. O autor argumenta ainda que houve grande diferença entre os processos de desenvolvimento dos países avançados e os atrasados e que as estruturas institucionais desempenharam papel diferente em ambos.¹⁴

Para Paul Rosenstein-Rodan, o desenvolvimento econômico deveria ser estimulado por um *big push*, em que os investimentos podem ajudar a saltar os obstáculos existentes.¹⁵ Já para Walt Rostow, em seu trabalho “*The stages of economic growth*”, de 1960, o autor advoga que o desenvolvimento econômico precisa passar por etapas, quais sejam a sociedade tradicional, cujas funções produtivas são limitadas e pré-newtonianas; as pré-condições para decolagem (*take-off*), etapa em que as descobertas advindas da ciência moderna começam a ser praticadas, porém ainda há baixa produtividade; a decolagem ou o *take-off*, momento em que acontece o início da modernização econômica em função do surgimento de grupos empresariais – aqui há uma ampliação do investimento industrial –; a quarta etapa seria o caminho da maturidade, no qual há o predomínio do investimento intensivo em capital e, por fim, a era do consumo de massas, em que a produção de bens de consumo duráveis se difunde e marca uma nova etapa do desenvolvimento humano focado no bem-estar social.¹⁶

Por fim, apresentamos a teoria estruturalista desenvolvida pelo argentino Raúl Prebisch e pelo brasileiro Celso Furtado no âmbito da Cepal. De maneira geral, os autores afirmam que o Estado deve ser o indutor da industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento. Deve sê-lo, pois as condições estruturais da economia dos países periféricos¹⁷ é mantida pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que impõe uma constante deterioração nos termos de intercâmbio entre o centro e a periferia, além de manter uma especialização inadequada e uma baixa diversidade produtiva na última. Como esta relação desequilibrada não permite que a economia periférica se desenvolva a partir da burguesia nacional – fraca e desarticulada – cabe ao Estado o papel de principal organizador da indústria e do processo de crescimento.¹⁸

Após uma breve apresentação das teorias do desenvolvimento e seus principais conceitos e autores, analisaremos a trajetória indiana em perspectiva histórica. O principal ponto da análise recairá sobre a questão da mudança estrutural ocorrida pela coordenação estatal do processo de industrialização. O

11 SERRANO; MEDERIOS. Op. Cit., p. 241.

12 Alexander Gershenkron nasceu em Odessa, em 1904, à época a cidade pertencia ao Estado russo, hoje localiza-se na Ucrânia.

13 Ver a introdução ao livro do autor.

14 Cf.: GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015, p. 69.

15 Ver: ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Notes on the theory of the “big push”*. Cambridge, Mass.: Center for International Studies, Massachusetts Institute of Technology, 1957, p. 14.

16 Para mais informações sobre as etapas de Rostow ver: ROSTOW, Walt W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.

17 Para os autores a região periférica em evidência é a América Latina.

18 Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio: Prebisch e Furtado. PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Ed. Contraponto, 2011.

artigo não é conclusivo, pois a Índia ainda está em constante transformação estrutural e os desafios à mudança de patamar social e material persistem. No entanto, temos por hipótese que mudanças estruturais estão ocorrendo no país de modo a transformar o padrão nacional de consumo e bem-estar.

3. Trajetória do desenvolvimento indiano: da independência aos anos 1990, ou o “padrão de desenvolvimento hindu”

Pensar o desenvolvimento indiano após quase quatro décadas de colonização britânica não é tarefa fácil. Neste trabalho, não analisaremos o passado colonial indiano, apenas afirmaremos que o ponto de partida da Índia independente tem profundas raízes históricas e foi influenciado pelos colonizadores. Exemplo disso é a burocracia herdada e organizada pelo Império Britânico no país, o que teria evitado a desagregação territorial em centenas de entidades, bem como a malha ferroviária.¹⁹

Nesse sentido, um elemento de atraso à estrutura econômica do país foi a maneira como os britânicos permitiram que o processo de dominação de castas, profundamente excludente, fosse preservado ou mesmo aprofundado. Outro exemplo foi a manutenção da classe dos latifundiários improdutivos ou *zamindars* - que serão extintos pela Constituição de 1949 - esta que buscará outras medidas de impedimento da concentração fundiária no país.

Moore, argumenta que a estrutura agrária indiana era muito atrasada e não gerava os excedentes necessários para a acumulação capitalista. Para ele, a agricultura estava estagnada e era de baixa produtividade e ineficiente, o que gerava pouca condição para o crescimento industrial.²⁰

A primeira grande tarefa dos indianos era a construção nacional. Como nos lembra Cruz, “A modernização econômica era um aspecto proeminente de seu projeto, mas subordinava-se aos imperativos da consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social.” (CRUZ, 2007, p. 03)

Inicialmente, a discussão sobre que estratégia de desenvolvimento seria usada passou por um impasse tendo duas visões distantes: a de Ghandi, que era refratário à mecanização da produção e defendia uma economia tradicional e rural; e a dos jovens nacionalistas do Partido do Congresso Nacional liderados por Nehru, que foram profundamente influenciados pelo sucesso da planificação soviética e pelos exitosos Planos Quinquenais do país.²¹

No entanto, Cruz, citando o trabalho de Frankel, diz que houve uma acomodação das visões em “uma concepção singular de socialismo, especificamente indiana, na qual os objetivos modernos do desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados” (CRUZ, 2007, p. 155).

Buscando organizar sua base econômica, o governo indiano lançou mão de barreiras tarifárias e não-tarifárias, abriu linhas especiais de crédito, concedeu subsídios, fez grandes investimentos em infraestrutura e criou empresas públicas em diversos setores.²²

Nehru teria estabelecido três prioridades como pilares da estratégia de desenvolvimento indiana: o primeiro seria a prioridade concedida à indústria pesada, em seguida a importância à produção artesa-

19 Cf. MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). *A Índia na ordem global* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 30.

20 Para mais informações sobre visão mais ortodoxa de Moore ver: JÚNIOR, Barrington Moore; COUTO, Maria Ludovina F. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhoras e camponeses na construção do mundo moderno*. 1975, pp. 447-453.

21 Mais informações a respeito em: YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *The commanding heights: The battle for the world economy*. Simon and Schuster, 2002, pp. 14 e 50.

22 Mais informações em: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. Unesp, 2007, p. 143.

nal (chamada também de fundo de quintal), por fim, o planejamento das atividades. Cruz ainda acrescenta mais duas: controle estatal dos setores estratégicos e controle ao capital estrangeiro.²³

Um dos pilares da estratégia de desenvolvimento industrial indiano foi o “Plano de Bombaim”. Este foi um projeto liderado por empresários indianos que em 1944 traçaram uma meta de investimentos para os próximos quinze anos. De acordo com Sanyal, o Plano teria sido assimilado por Nehru e composto a base de muito dos projetos executados pelo governo, inclusive os Planos Quinquenais.²⁴

A Índia teve uma participação estatal no projeto de desenvolvimento mais acentuada que outros Estados periféricos desenvolvimentistas, houve naquele país algumas peculiaridades, como o planejamento econômico em um regime democrático.²⁵ Outro aspecto particular foi a prioridade concedida à indústria pesada desde o início dos Planos Quinquenais em 1951.²⁶ Um dos pontos que chamam a atenção dos Planos é o grande investimento intelectual. O Estado indiano prezou pela formação de seus agentes públicos e pelas instituições, como o Instituto Indiano de Estatística. Muitos ilustres economistas estagiaram por lá, nomes como Nicholas Kaldor e Kenneth Galbraith estiveram presentes na instituição.²⁷

A Comissão de Planejamento,²⁸ órgão criado por Nehru em 1950, teve papel relevante na condução dos Planos e estratégias de desenvolvimento nacional. Funcionava como articuladora de políticas entre ministérios e a Presidência do país, era formada por um quadro técnico de alto nível. Cruz chega a afirmar que “a Comissão de Planejamento foi o núcleo duro do aparelho econômico do Estado indiano” (CRUZ, 2007, p. 147).

A Comissão foi criada para acompanhar os Planos Quinquenais que previam mecanismos de superação do subdesenvolvimento indiano. Previa-se que além de estabelecer os Planos, a Comissão deveria: formar capital humano capaz de desenvolver e atuar nos projetos, propor a alocação de recursos em áreas consideradas prioritárias, definir o equipamento necessário para o processo técnico-industrial, acompanhar os avanços dos Planos e recomendar alterações.²⁹ Nassif, elabora uma tabela organizando os Planos Quinquenais por período, setor e modelo de desenvolvimento. Nela, percebe-se a prioridade na Industrialização por Substituição de Importações (ISI), no protecionismo e o profundo comprometimento pelo desenvolvimento dos setores estratégicos de bens de capital, química, metalurgia, petroquímica, fertilizantes, infraestrutura, setores intensivos em ciência e tecnologia, educação; enfim, constata-se um programa completo de desenvolvimento nacional.³⁰ Um dado relevante sobre os Planos é que, a despeito da ênfase nas grandes empresas públicas, não descuraram das pequenas e médias empresas, nem da desconcentração regional dos investimentos.³¹

Como parte da estrutura de financiamento dos Planos e da ISI, o governo indiano lançou mão do aumento tributário e criou uma série de instituições como o Banco de Desenvolvimento Industrial da Índia, a Corporação de Financiamento Industrial da Índia e a Corporação de Crédito e Investimento Industrial da Índia. Como boa parte dos recursos provinham do orçamento público, uma forma de manter o controle estatal no processo produtivo era a participação acionária do governo.³²

23 Ibidem, p. 144.

24 Para mais informações sobre o “Plano de Bombaim” ver: SANYAL, Amal. The Curious Case of the Bombay Plan. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*, v. 6, n. 1, 2011.

25 CRUZ. Op. Cit., p. 144.

26 Ibidem, p. 145.

27 Cf. CRUZ. Op. Cit., pp. 145-146.

28 Para mais detalhes sobre a Comissão de Planejamento, sua estrutura e funcionamento ver: http://planningcommission.gov.in/background_note_on_New_Institution.pdf. Acessado em: 13/01/2018.

29 Ver: http://planningcommission.gov.in/background_note_on_New_Institution.pdf.

30 Mais detalhes a respeito da tabela em: NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006, p. 19.

31 Ibidem, p. 22.

32 Ibidem, p. 23.

Cabe ressaltar que o modelo de substituição de importação tradicionalmente aplicado à América Latina e outros países, previa etapas em que os bens de capital e indústria pesada eram o fechamento do processo. No caso indiano ocorreu exatamente o contrário, havia uma preocupação com os bens de capital no governo que acabou por privilegiar na estratégia de desenvolvimento do país a indústria pesada. Desse modo, “a opção pela indústria pesada deriva da perspectiva de longo prazo assumida pelos planejadores e pelo imperativo da independência econômica que os animava” (CRUZ, 2007, p. 152).

O processo de Industrialização por Substituição de Importação indiano não teria sido motivado por crises no Balanço de Pagamentos – como nos grandes países da América Latina –, mas por influência do modelo soviético de economia fechada. Na prática, o país tentou reproduzir parcialmente o exemplo planejado e autárquico em uma economia capitalista.³³ Uma das influências intelectuais dos Planos e da ISI foi o físico Mahalanobis que, dentre outras coisas, propunha que a economia do país deveria ser fechada e compor-se de apenas dois setores: bens de capital e bens de consumo.³⁴ Dois mecanismos seriam elementares na consecução dos Planos: licenciamento de importação e licenciamento industrial. Sobre o mecanismo de licenciamento industrial, Nassif argumenta que:

constituía o âmago do modelo indiano de substituição de importações. Procurava direcionar os fluxos de investimento industriais para setores específicos, de acordo com as prioridades estabelecidas previamente pelos Planos Quinquenais, mas, na prática, os controles poderiam alcançar o nível de produto propriamente dito. (NASSIF, 2006, P. 20)

Por sua vez, o licenciamento de importação “consistia no monitoramento quantitativo das compras externas do país, notadamente dos setores considerados prioritários pelos Planos Quinquenais” (Ibidem, p. 20).

Outro fator importante na trajetória de desenvolvimento indiana foi o tratamento que o capital estrangeiro recebeu – o qual o governo sempre promoveu restrições à sua entrada. Cruz ressalta a importância dos grupos nacionais como Jamsetji Tata, que criou a primeira fábrica de ferro e aço indiana em 1899 e foi beneficiado pelo governo britânico com subsídios e compras governamentais. Além de Tata, outros grupos também teriam sido beneficiados no período colonial e puderam, desse modo, desempenhar um papel relevante no setor industrial privado nacional após a independência.³⁵ O investimento estrangeiro deveria ser regulado em consonância com os interesses nacionais, assim previa a Resolução de Política Industrial de 1948.

Nos anos 1960, o controle sobre o capital estrangeiro teria sido aprofundado pelo governo indiano. Sobre este aspecto Cruz salienta que:

o governo criou uma série de dispositivos legais que dotariam a Índia de um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo, fora do bloco socialista. Deles, os mais importantes foram: 1) a lei do Monopólio e das Práticas Comerciais Restritivas (*Monopoly and Trade Restrictions Practices Act*), de 1969; 2) a Lei de Patentes, de 1970; e, principalmente, 3) a Lei de Regulação Cambial (*Foreign Exchange Regulation Act* (FERA), de 1973. (CRUZ, 2007, p. 160)

33 Para mais informações ver: NASSIF, Op. Cit., p. 16.

34 Ibidem, p. 18.

35 Cf.: CRUZ, Op. Cit., pp. 158-159.

Se por um lado o governo indiano restringiu sistematicamente a entrada de capital estrangeiro, por outro, deu protagonismo às empresas públicas. Cruz enfatiza que o projeto de desenvolvimento indiano passava pela liderança delas e “obedecia a razões estratégicas, como parte nuclear do projeto de transformação social formulado pelos dirigentes nacionalistas” (CRUZ, 2007, p. 162). Nesse sentido, caberia às empresas públicas, de acordo com a Primeira Resolução de Política Industrial (1948), as áreas de armamentos, transporte ferroviário e energia atômica. Seriam reservadas ao Estado também os segmentos de carvão, ferro e aço, indústria aeronáutica, construção naval, comunicação e óleo mineral. Às empresas privadas seria aberta a participação nos demais setores, porém, ainda havia uma reserva de atuação do Estado. No mesmo diapasão, a Segunda Resolução de Política Industrial, 1956, mantinha as áreas estratégicas de atuação econômica do Estados e suas empresas e acrescentava outras como alumínio, químicos, fertilizantes, transporte marítimo e rodoviário, medicamentos e outros.³⁶

Com o objetivo de implementar as Resoluções, o governo passou a nacionalizar bancos, empresas de seguros e outros. A maioria delas se deu já no governo de Indira Gandhi, em 1969. Com a nacionalização do setor bancário, o governo passa a controlar o financiamento e o investimento no país. Há, por conseguinte, um aumento considerável na participação de empresas públicas entre as maiores do país.³⁷

Nassif chega a dizer que até os anos 1970, a economia indiana funcionava praticamente sob bases autárquicas. Houve, todavia, um afrouxamento dos controles das licenças de importação, porém, na prática, o pesado controle econômico perdurou até 1985.³⁸

Antes de passarmos à próxima sessão, cabe citar alguns acontecimentos importantes do primeiro período analisado, como a “revolução verde” que se deu nos anos 1960. Com ela, o país superou os sensíveis ciclos de desabastecimento para uma condição de exportadora de alimentos. Houve uma melhora substancial na produtividade agrícola do país, que passou a produzir trigo e arroz em abundância. As mudanças foram decorrentes de uma série de novas tecnologias agrícolas implementadas pelo governo.³⁹

Além do avanço no campo agrícola, é importante ressaltar o êxito industrial-militar do teste nuclear de 1974 (POKHRAN I), fruto de um projeto de formação e consolidação do Complexo-Industrial-Militar e do desenvolvimento do programa espacial do país, a cabo da *Indian Space Research Organization* (ISRO) considerado um dos mais avançados do mundo.⁴⁰

Cruz adverte que apesar das críticas sobre o profundo intervencionismo indiano a “intervenção econômica do Estado na Índia se fez mediante um sistema regulatório minucioso e rígido, a um ponto que encontra poucos similares no mundo” (CRUZ, 2007, p. 169).

Em seguida analisaremos o período em que se abriu parcialmente a economia e alguns setores do país. Nesta sessão desenvolveremos a ideia de que a abertura econômica, fruto das reformas de 1991, não se deu por assimilação da estratégia neoliberal de desenvolvimento, mas antes, foi uma adequação à conjuntura econômica nacional e mundial. Como veremos, o Estado permaneceu à frente do processo de desenvolvimento nacional seja regulando, seja mantendo a participação acionária mínima ou majoritária na maior parte das empresas privatizadas e abertas ao capital privado nacional ou ainda, com a participação em setores exclusivos da produção via estatais.

36 CRUZ. Op. Cit., pp. 165-166.

37 Ibidem, p.166.

38 NASSIF. Op. Cit., p. 17.

39 Para mais informações acerca da revolução verde na Índia ver: FUJITA, Koichi. Green Revolution in India and Its Significance in Economic Development: Implications for Sub-Saharan Africa. 2009., especialmente as páginas 02-12, e RENA, Ravinder. Green Revolution: Indian Agricultural Experience – A Paradigm for Eritrea. New Jersey, USA: Eritrean Studies Review, Vol. 4, No.1, pp.103-130 (A Biannual Journal Published by the Red Sea Press). 2004.

40 Para mais informações do programa espacial indiano ver: <https://www.isro.gov.in>. Acessado em: 13/01/2018.

4. Desenvolvimento indiano na era da globalização: em busca de um modelo sustentável de crescimento

Com o advento das ideias neoliberais nos anos 1980 e sua imposição e enquadramento ao mundo emergente via Rodada Uruguai do GATT e diplomacia do dólar⁴¹ – além é claro, do fim da bipolaridade com a derrocada da União Soviética em 1991 e seus desdobramentos geopolíticos na ordem internacional – os países do Terceiro Mundo assistiram a uma mudança de narrativa do processo econômico. Os ideais keynesianos foram considerados antiquados e foram substituídos por uma narrativa de enfraquecimento dos Estados Nacionais e de suas estratégias desenvolvimentistas. Países como o Brasil, sucumbiram à mudança de ordem de tal maneira que ainda hoje é possível sentir os efeitos da liberalização e redução do Estado.

No caso indiano, como veremos, as reformas não foram tão profundas nem agressivas. A despeito das críticas ao “modelo hindu de crescimento” – que se caracteriza por taxas médias em torno de 3,5% – Cruz adverte que o país não sofreu com as crises econômicas e com crescimento negativo, que sofreu a América Latina por exemplo, além de não ter sido vitimada pelo problema da dívida externa, em função do seu isolamento financeiro.⁴² Outra característica negativa típica de países que implementaram a ISI, a inflação, não teve lugar no modelo indiano. A taxa média no país indiano foi de 2% (1950-1964) e de 8,9 (década de 1980).⁴³

As reformas não foram completas e seguiram um curso bastante pragmático. Exemplos disso são as altas barreiras não tarifárias para bens agrícolas, além de uma posição rígida no GATT/OMC ao longo do tempo.⁴⁴ O programa de privatizações, por exemplo, não impôs ao país uma desnacionalização abrupta, a despeito de ser amplamente reconhecida a ineficácia de muitas empresas estatais indianas. A esse respeito, Cruz argumenta que:

Pragmatismo também no tratamento dado ao setor empresarial do Estado. Gestores de um dos sistemas empresariais públicos mais vastos e diversos fora do bloco socialista, os dirigentes indianos resistiram ao canto de sereia da privatização rápida e generalizada. Ao invés de grandes programas de privatização, procuraram reestruturar o sistema empresarial do Estado, reconhecidamente ineficiente, através de uma política cautelosa de “desinvestimento” – venda de participações, sem transferência de controle sobre as empresas consideradas. (CRUZ, 2007, p. 18)

Importante ressaltar que, mesmo com o argumento de muitos críticos do “modelo hindu” de antes do período de “liberalização”, a média de crescimento do país foi de 5,8% entre 1980 e 1990, ou seja, antes da abertura. Neste período, de 1990 a 2000, a média de crescimento foi de 5,7%.⁴⁵

Durante os anos 1990, a Índia cresceu com baixas taxas de inflação, diferentemente do Brasil e outros emergentes. Outro dado importante é que o processo de abertura e liberação do investimento

41 Sobre isso ver: TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

42 CRUZ. Op. Cit., p. 169.

43 NASSIF, Op. Cit., pp. 28-29.

44 Ver: CRUZ, S. C. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano. In: Rio de Janeiro. *Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)*. 2007.

45 NASSIF. Op. Cit., p. 29.

externo no país asiático é bem diferente dos demais países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Se por um lado este fez uma profunda liberalização econômica, com resultados duvidosos e mesmo assim cresceu pouco, a Índia, por outro lado, fez um processo de abertura lento e bem acompanhado pelo Estado.⁴⁶

Após décadas de intervencionismo profundo e enquadramento do sistema produtivo - via Planos Quinquenais -, ao projeto de desenvolvimento nacional indiano, o primeiro ministro Rajiv Gandhi (1984-89), filho da primeira ministra assassinada, Indira Gandhi (1966-77 e 1980-84), implementou as primeiras medidas de reforma econômica. Estas visavam reduzir as licenças industriais e de importação.⁴⁷ Para Nassif

[...] as taxas mais expressivas de crescimento econômico na Índia na década de 1980 estão associadas em menor grau ao início do processo das reformas econômicas descritas nesta seção, mas principalmente às políticas fiscais de cunho keynesiano implementadas ao longo do período (NASSIF, 2006, p. 38)

O mesmo autor reforça a tese aludindo ao fato de que durante os anos 1980 o país passou a crescer mais em função de políticas fiscais expansivas e de outras políticas de estímulo à demanda agregada. Além disso, haveria uma clara noção por parte do governo indiano que, mesmo com algumas reformas econômicas,⁴⁸ o grande intuito sempre foi lançar mão de políticas para o desenvolvimento e crescimento do país.⁴⁹

Em 1991, durante o governo do primeiro ministro Narasimha Rao (1991-96) do Partido do Congresso Nacional, é implementada a *New Economic Policy* (NEP). De acordo com Cintra e Prates, as reformas foram caracterizadas pelo gradualismo e pelo pragmatismo, o que ilustra uma impactante diferença do ocorrido na maior parte da América Latina nos anos 1990.⁵⁰ As reformas econômicas que duraram de 1991 a 1993 foram realizadas em uma série de setores. Na política industrial, por exemplo, o governo permitiu a venda e participação de investidores estrangeiros e privados nacionais desde que mantivesse o controle acionário das empresas. No comércio exterior, houve a extinção do regime de licenciamento de importações, porém manteve-se uma lista de produtos considerados estratégicos como os de agricultura e bens de consumo. O governo indiano liberou a entrada de Investimento Externo Direto (IED) em algumas áreas, em outras manteve a proibição.⁵¹

No que diz respeito às tarifas aduaneiras, a Índia manteve, apesar da enorme redução da tarifa média que chegou a ficar entre 355% e 87% até 1991, uma média de proteção aduaneira de 40% em 2001. O setor de agricultura permaneceu sob proteção de altas tarifas e restrições quantitativas.⁵² No que diz respeito ao comércio mundial, Narlikar salienta que a Índia passou por três fases nas negociações internacionais de comércio: fase 1: crítica histórica do sistema internacional e dos acordos de comércio (diplomacia do não-alinhamento). Busca da autossuficiência e ISI (modelo hindu); fase 2: mudanças nos anos 1980. Trips (direitos de propriedade intelectual) e Trims (Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio). Redução das políticas nacionais defensivas e avanço liberal e fase 3: ne-

46 Para mais detalhes ver: NASSIF, 2006 e CRUZ, 2007.

47 Cf. Nassif. Op. Cit., p. 34.

48 Há um debate na academia a respeito da questão em torno do papel das reformas econômicas como a inflexão no processo de crescimento do país. Autores que advogam pela tese de que as reformas foram essenciais: DeLong, J.B. India since independence: an analytic growth narrative. July 2001 e Rodrik, D. and Subramanian, A. (2004), From "Hindu growth" to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition. BREAD Working Paper no. 055, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, March 2004. Para uma visão relativa a respeito das reformas ver as obras citadas de: NASSIF, 2006, CRUZ, 2007 e PRATES; CINTRA, 2009.

49 Ibidem, pp.55-56.

50 Cf. PRATES; CINTRA. Op. Cit., p. 411.

51 Para mais informações das mudanças ver: NASSIF. Op. Cit., p. 40 e

52 Cf.: SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. India's Reform of External Sector Policies and Future Multilateral Trade Negotiations. 2001, p. 08.

gociações dos 1990 e 2000, com a criação da OMC (fim da Rodada Uruguai). Nesta fase, a política de comércio internacional mantém-se defensiva e protecionista.⁵³

Não obstante as críticas ao protecionismo indiano é importante salientar que a política de comércio exterior do país está vinculada à uma noção clara de projeto de desenvolvimento. A Índia insere-se na ordem econômica internacional com cautela desde sua independência, pois entende que as relações internacionais são tensas e historicamente construídas de forma a manter o *status quo* de poder mundial. Isso é refletido na postura indiana de negação de uma série de acordos e posturas na ordem econômica internacional.

Chama a atenção para o fato de que um dos setores mais dinâmicos indianos seja o intensivo em conhecimento e tecnologia, mais especificamente o de *software*. A indústria de Tecnologia da Informação (TI) do país representa aproximadamente 8% do PIB, emprega 3 milhões de pessoas direta e 10 milhões indiretamente, o setor gerou em 2015 uma receita em torno de 120 bilhões de dólares.⁵⁴

Nesse sentido, Prates e Cintra argumentam que:

As virtudes desta estratégia – elevadas taxas de crescimento econômico, controle da inflação e exportações dinâmicas de serviços intensivos em tecnologia – estariam associadas às transformações na estrutura produtiva, na inserção externa e no sistema financeiro induzidas pelas reformas, bem como às políticas cambial, monetária e fiscal favoráveis ao crescimento e às exportações, e ao papel importante do planejamento (principal herança daquele padrão, o “hindu” *grifo nosso*.)” (PRATES; CINTRA, p. 411).

As maiores empresas de TI indianas são a *Tata Consultancy Services*(TCS); *Infosystem*, *Wipro*, *Mphasis*, *TechMahindra* e outras. O setor teve um amplo apoio do governo indiano ainda nos anos 1970, quando houve uma liberação de importação de peças e equipamentos, além de uma política de incentivo à exportação de *software*. De acordo com Kubota, os grupos TCS, *Infosystem* e *Wipro* são as maiores empresas do setor e empregam a maioria dos funcionários.⁵⁵ Aproximadamente 25% das exportações do país estão vinculadas ao setor de TI que, além disso, seria o mais conectado às cadeias globais de valor. O protagonismo do setor de serviços em TI e engenharia seria a base do crescimento robusto do país nos últimos 20 anos (1992-2012).⁵⁶

A Índia conta com alguns pontos positivos que contribuem para o melhoramento de seu Sistema Nacional de Inovação. O país tem um grande número de falantes de inglês, uma grande quantidade – em números absolutos – de engenheiros e uma mão de obra ainda muito barata.⁵⁷ Outra questão relevante é o desafio do país em lidar com o brain drain. Milhões de indianos estão espalhados mundo afora e muitos concentram-se na comunidade científica-acadêmica dos Estados Unidos. Há uma série de programas para atrair estes pesquisadores de ponta que estão fora do país.⁵⁸ Um dos incentivos naturais é o crescimento econômico em perspectiva de longo-prazo no país.

É importante notar, no entanto, que, não obstante o enorme avanço técnico-industrial do país, a maior parte da população economicamente ativa ainda é empregada no setor primário da economia. Se-

53 Para mais informações sobre as negociações da Índia no GATT e OMC ver: NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinism or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 59-76, 2006, pp.61-64.

54 Para mais informações ver: <https://www.statista.com/topics/2256/it-industry-in-india/>. Acessado em: 15/01/2018.

55 Cf.: KUBOTA, Luis Claudio. Desafios para a indústria de software. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES 2006, p. 28. Para mais informações sobre a cadeia de TI indiana ver: <http://product.nasscom.in/company-showcase.php>.

56 Mais informações a respeito em: BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 67-93, 2014, pp. 68-75.

57 Cf.: NASSIF. Op. Cit., p. 64.

58 Ver: NUNES, Cauê. Índia busca reverter” fuga de cérebros”. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 19-20, 2006.

gundo Nassif, isso significa que não houve uma mudança estrutural considerável no país. Mesmo com o amplo crescimento econômico puxado pelo setor de serviços, isto não tem sido capaz de gerar os efeitos dinâmicos sobre os demais.⁵⁹ Todavia, o dinamismo do mercado interno potencializa o crescimento industrial e tecnológico de empresas nacionais. Tendo uma classe média de aproximadamente 600 milhões de pessoas, empresas como *Tata Motors*, *Aditya Birla Group*, *Oberoi*, *Rambaxy* e outras têm uma grande expectativa de aumentar suas vendas. Nesse sentido, houve um aumento significativo no consumo de bens duráveis como eletrodomésticos, celulares e automóveis, além de outros setores como construção civil e fármacos.⁶⁰

As taxas de crescimento do PIB indiano mudaram consideravelmente dos anos 1980 até os anos 2000, quando o país assiste a um aumento na média. A partir de 2003, o país passou a ostentar um crescimento maior ainda, com prognósticos de sustentação no longo prazo. A média de crescimento entre 2003 e 2016 foi de 7,7%, uma das maiores do mundo.⁶¹ O país caminha para ser a segunda maior economia do mundo em 2050 e com a maior população mundial, aproximadamente 1,6 bilhões de habitantes, além de chegar nesta data com uma população economicamente ativa distante dos demais países.⁶²

O crescimento indiano vem sendo estimulado também, por uma alta taxa de poupança interna - algo em torno de 35% do PIB em 2011 - que libera recursos para a formação bruta de capital e investimentos públicos. Além disso, a taxa de juros praticada no país é baixa.⁶³ Em 2011, a taxa de investimento com relação ao PIB chegou acima dos 35%, apresentando suave queda em anos posteriores, mantendo-se no patamar acima dos 31% até 2017.⁶⁴ É interessante notar que a participação industrial no PIB praticamente não se alterou, em 1965 a taxa era de 14% e em 2005 foi para 16%. Já a participação da agricultura se alterou sensivelmente no mesmo período indo de 45% em 1965 para 19% em 2005, mesmo assim, considerando sua enorme população rural, a Índia ainda emprega a maior parte de sua força de trabalho no campo. Por fim, o setor de serviços sofreu, igualmente, grande alteração saindo de 35% para 54% no mesmo período.⁶⁵

Após forte crescimento durante o governo de Manmohan Singh (2004-2014), as taxas se mantiveram altas, em torno de 7% (2014-2016),⁶⁶ com perspectiva de aumento ao longo do governo de Narendra Modi (2014-2018). Este governo lançou um ambicioso programa que pretende ampliar a capacidade produtiva industrial do país, o *Make in India*.⁶⁷ Ainda é cedo para fazer prognósticos a respeito do programa, por enquanto, o que se percebe é a tentativa do presidente Modi - que pertence ao partido de centro-direita *Baratyia Janata*⁶⁸ - de ampliar o ambiente de negócios do país e atrair mais IED.

Aproximando-nos da conclusão, podemos reforçar que o processo de desenvolvimento indiano foi exitoso na medida em que transformou um país recém-saído do jugo colonial britânico em uma nação com o 9º maior parque industrial do mundo⁶⁹ e uma referência em TI. Como bem nos mostra Nassif:

59 NASSIF. Op. Cit., p. 68.

60 Para mais informações a respeito ver a matéria do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/agenda/2016/11/6-surprising-facts-about-india-s-exploding-middle-class/>. Acessado em: 15/01/2018.

61 Média feita pelo autor. Para mais informações acerca das taxas de crescimento do país ver: <http://statisticstimes.com/economy/gdp-growth-of-india.php>. Acessado em: 15/01/2018.

62 Ver relatório do Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/agenda/2017/10/eight-key-facts-about-indias-economy-in-2017/>. Acessado em: 15/01/2018.

63 Cf.: BANIK; PADOVANI. Op. Cit., p. 73.

64 Para mais informações sobre investimento no país ver o relatório da OCDE: <https://www.oecd.org/eo/surveys/INDIA-2017-OECD-economic-survey-overview.pdf>. Acessado em: 15/01/2018.

65 Cf.: KNIIVILÄ, Matleena. Industrial development and economic growth: Implications for poverty reduction and income inequality. *Industrial development for the 21st century: Sustainable development perspectives*, v. 1, n. 3, p. 295-333, 2007, pp. 303-304.

66 Consultar a pesquisa da OCDE no link acima.

67 Para mais detalhes do Make in India ver: <http://www.makeinindia.com/home>

68 Para mais informação sobre o partido ver: <http://www.bjp.org/>

69 Sobre esse dado consultar o relatório anual da UNIDO: https://www.unido.org/sites/default/files/2015-12/EBOOK_IDR2016_FULLREPORT_0.pdf, p. 174.

A parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza reduziu-se de 55% em 1974 para 26% em 2000. Como no início dos anos 1990 esse percentual era de cerca de 34%, é lícito atribuir ao processo de crescimento econômico dos últimos 14 anos (1991-2005) essa melhora de bem-estar. [...] ainda que o número absoluto de pobres seja bastante elevado diante do tamanho de sua população (cerca de 31% do total), o padrão de distribuição de renda, avaliado pelo índice de Gini, é bastante equitativo comparado ao normalmente evidenciado em diversos países em desenvolvimento ou mesmo desenvolvidos (0,32 em 2000, contra 0,59 no Brasil, 0,44 na China, 0,41 nos Estados Unidos, 0,28 na Alemanha e 0,25 na Suécia). Em outras palavras, mantido o ritmo de crescimento econômico e de aumento da produtividade das últimas duas décadas, as possibilidades de melhorar as condições gerais de vida da população sem o risco de conflito entre as classes sociais são politicamente muito maiores, haja vista o padrão razoável de distribuição da renda nacional. (NASSIF, 2006, pp. 13-14)

5. Conclusão

Nosso objetivo neste trabalho foi mostrar a trajetória de desenvolvimento indiano considerando os grandes desafios do país desde sua independência, em 1947, até o início do século XXI. Como pudemos ver, a despeito de alguns críticos ao modelo hindu de crescimento, o país logrou crescer relativamente pouco, mas ininterruptamente desde sua independência até meados dos anos 1980. Após as chamadas reformas econômicas do governo de Rajiv Gandhi, mas principalmente de Narasihma Rao a partir de 1991, o país alcançou altas médias de crescimento e tornou-se uma das economias mais pujantes, sobretudo do início do século XXI.

No entanto, como vimos, os desafios indianos seguem grandes. O país ainda enfrenta um alto índice de analfabetismo e um percentual considerável de lares no campo ainda vivem com rendimentos ínfimos. A zona rural do país, apesar de alguns avanços, persiste em manter uma estrutura de casta que impede a mobilidade social e a modernização do campo. Nas relações internacionais os desafios ainda são consideráveis. O país vive constantemente uma agenda estratégica delicada dividida entre o Paquistão e a China, além de problemas de fronteira não-resolvidos com os dois vizinhos citados e o Bangladesh.

O país é a maior democracia do mundo e mesmo tendo uma tradição e maioria hindu mantém em sua Constituição o secularismo como princípio elementar. Contudo, o conflito entre muçulmanos e hindus está longe de ter um fim. Atentados terroristas, como o de Mumbai em 2008, apenas ilustram a fragilidade do Estado indiano em controlar o radicalismo muçulmano que vem do Paquistão e mesmo de grupos internos, como o movimento separatista Sikh e o maoísta Naxalita. Por outro lado, o nacionalismo hindu foi fortalecido com a criação do Partido do Povo Indiano (*Bharatiya Janata*), em 1980 e agora, com a eleição de Narendra Modi para Primeiro Ministro do país. Modi é conhecido pelo seu ativismo nacionalista e religioso e pelo discurso anti-islâmico.

Mesmo com todos os desafios expostos, a Índia, tal qual constatamos, cresce a um ritmo acelerado e constante e vem conseguindo modernizar sua economia e mesmo dirimir, paulatinamente, os profundos problemas sociais. O país tem conseguido aumentar sua renda per capita e aumentar a participação dos setores secundário e terciário no PIB, ao passo que o setor primário vem sendo progressivamente reduzido. Como citamos na quarta parte do trabalho, a classe média indiana vem aumentando e elevando o nível de vida de milhões de ex-camponeses que migraram do campo seja para fugir da perseguição de

casta seja para conseguir melhores salários.

A Índia já ocupa um lugar destacado no mundo, além dos dados econômicos apresentados, podemos vê-la também como uma potência militar de peso. O país tem um arsenal nuclear considerável e é considerada a quarta força militar do planeta.⁷⁰ Tem, portanto, condições de perseguir, sem grandes constrangimentos, uma agenda própria de desenvolvimento que, além de contar com benefícios internos, como mão de obra barata e ampla, um Estado articulador e indutor do crescimento, conglomerados privados mundialmente conhecidos e uma demanda quase infinita, precisa, ainda, importar muitos insumos, como petróleo, minérios e alimentos. O século XXI deverá assistir à transição da condição material indiana. Muito provavelmente, o país tornar-se-á uma grande potência mundial e conseguirá resolver os problemas sociais e estruturais ainda existentes como barreiras ao pleno desenvolvimento do país.

Referências Bibliográficas

- BANIK, Arindan; PADOVANI, Fernando. Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crisis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 50, p. 67-93, 2014.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MAZAT, Numa. Apresentação. Pp. 09-65. In: GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Prefácio: Prebisch e Furtado. PREBISCH, R. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Ed. Contraponto, 2011.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. Unesp, 2007.
- _____. Gigante precavido: reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e a política externa do Estado Indiano. In: Rio de Janeiro. *Artigo preparado para a Conferência sobre a Índia, organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)*. 2007.
- DELONG, J.B. *Índia since independence: an analytic growth narrative*. July, 2001.
- FUJITA, Koichi. *Green Revolution in India and Its Significance in Economic Development: Implications for Sub-Saharan Africa*. 2009.
- GERSCHENKRON, Alexander. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Contraponto Editora Ltda., 2015.
- JÚNIOR, Barrington Moore; COUTO, Maria Ludovina F. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. 1975.
- KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: A construção do Mundo Geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KNIIVILÄ, Matleena. Industrial development and economic growth: Implications for poverty reduction and income inequality. *Industrial development for the 21st century: Sustainable development perspectives*, v. 1, n. 3, p. 295-333, 2007.
- KUBOTA, Luis Claudio. *Desafios para a indústria de software*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES 2006.

70 Mais informações no link: https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=india. Acessado em 03/01/2018.

- KUZNETS, Simon. Modern economic growth: findings and reflections. *The American economic review*, v. 63, n. 3, p. 247-258, 1973.
- MOHAN, Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. IN STUENKEL, Oliver (Coord.). *A Índia na ordem global* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 30.
- NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950-2004: da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?*. Área de Planejamento, Departamento de Planejamento (DEPLAN), BNDES, 2006.
- NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinism or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. *International Affairs*, v. 82, n. 1, p. 59-76, 2006.
- NUNES, Cauê. Índia busca reverter “fuga de cérebros”. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 2, p. 19-20, 2006.
- PRATES, D. M.; CINTRA, M. A. M. A estratégia de desenvolvimento da Índia: da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. CARDOSO Jr., J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M.. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas*. Livro, v. 2, p. 379-432, 2009.
- RENA, Ravinder. Green Revolution: Indian Agricultural Experience – A Paradigm for Eritrea. New Jersey, USA: *Eritrean Studies Review*, Vol. 4, No.1, pp.103-130 (A Biannual Journal Published by the Red Sea Press). 2004.
- RODRIG D. and SUBRAMANIAN, A. *From “Hindu growth” to productivity surge: the mystery of the Indian growth transition*. BREAD Working Paper no. 055, Bureau for Research in Economic Analysis of Development, March 2004.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *Notes on the theory of the “big push”*. Cambridge, Mass.: Center for International Studies, Massachusetts Institute of Technology, 1957.
- ROSTOW, Walt W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, v. 12, n. 1, p. 1-16, 1959.
- SANYAL, Amal. The Curious Case of the Bombay Plan. *Contemporary Issues and Ideas in Social Sciences*, v. 6, n. 1, 2011.
- SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 2, p. 94, 2004.
- SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. *India’s Reform of External Sector Policies and Future Multilateral Trade Negotiations*. 2001.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.
- YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. *The commanding heights: The battle for the world economy*. Simon and Schuster, 2002.